

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 2956/2019-PGJ, DE 15.8.2019**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, GACEP, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e artigo 17, § 1º, da Resolução nº 0002/2015-CPJ, de 19.3.2015, na comarca de Ivinhema, a partir de 17.7.2019, pelo período de 1 (um) ano.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2957/2019-PGJ, DE 15.8.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça de Corumbá, Marcos Martins de Brito, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, no período de 2 a 13.9.2019, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2958/2019-PGJ, DE 15.8.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Thiago Bonfatti Martins, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 52ª Zona Eleitoral, no período de 26 a 30.8.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Magno Oliveira João.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2969/2019-PGJ, DE 15.8.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 071/2019, de 12.8.2019, da Prefeitura de Sete Quedas, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 16.8.2019, em razão das comemorações da Padroeira da cidade de Sete Quedas (15.8.2019);

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0026/2019, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Sete Quedas no dia 16.8.2019,

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 16.8.2019, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Sete Quedas, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 2959/2019-PGJ, DE 15.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Designar a servidora Janaina Ferreira Domingos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 14 a 23.8.2019, em razão de férias do servidor José Giovani da Silva Júnior.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2976/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Alterar as férias concedidas à servidora Juliana Patrão Laurentino por meio da Portaria nº 2460/2019-PGJ, de 9.7.2019, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e tornar sem efeito a Portaria nº 2916/2019-PGJ, de 13.8.2019, na parte que alterou as férias da referida servidora, conforme segue:

Onde consta:

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Juliana Patrão Laurentino	2018/2019	8 a 17.7.2019	7 a 16.8.2019		18 a 27.7.2019

Passe a constar:

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Juliana Patrão Laurentino	2018/2019	8 a 17.7.2019	20 a 29.11.2019		18 a 27.7.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2977/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2018/2019	19 a 28.8.2019	14 a 23.10.2019		4 a 13.2.2019
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2017/2018	1º a 10.4.2019	15 a 24.7.2019	1º a 10.10.2019	

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marina Carrato Corrêa	2017/2018	22.4 a 1º.5.2019	14 a 23.10.2019		3 a 12.6.2019

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Francimar Messias Assis Junior	2017/2018	27.8 a 5.9.2019	12 a 21.2.2020		6 a 15.5.2019
Huanderson Salomão de Oliveira Borges	2018/2019	2 a 11.9.2019	10 a 19.10.2019		3 a 12.5.2019
Jonathan Bruno dos Santos Silva	2017/2018	13 a 22.5.2019	5 a 14.11.2019		1º a 10.4.2019

PORTARIA Nº 2460/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alex Hernandes Barboza	2017/2018	2 a 11.9.2019	1º a 10.10.2019		22 a 31.7.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2018/2019	18 a 27.8.2019	14 a 23.10.2019		4 a 13.2.2019
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2017/2018	1º a 10.4.2019	15 a 24.7.2019	4 a 13.11.2019	

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marina Carrato Corrêa	2017/2018	22.4 a 1º.5.2019	2 a 11.9.2019		8 a 17.6.2019

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Francimar Messias Assis Junior	2017/2018	18 a 27.8.2019	12 a 21.2.2020		6 a 15.5.2019
Huanderson Salomão de Oliveira Borges	2018/2019	18 a 27.9.2019	14 a 23.10.2019		4 a 13.5.2019
Jonathan Bruno dos Santos Silva	2017/2018	13 a 22.5.2019	18 a 27.11.2019		1º a 10.4.2019

PORTARIA Nº 2460/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alex Hernandes Barboza	2017/2018	1º a 10.10.2019	21 a 30.10.2019		22 a 31.7.2019

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2978/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Carlos Cesar de Araujo Junior, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 14 a 23.10.2019, a serem usufruídas no período de 6 a 15.1.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2979/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Carlos Vinicius Moraes de Souza, por meio da Portaria nº 2759/2018-PGJ, de 10.8.2018, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 6 a 9.8.2019, a serem usufruídas no período de 29.10 a 1º.11.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2980/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Cláudia Látia Addor Fischer, por meio da Portaria nº 1970/2019-PGJ, de 5.6.2019, que seriam usufruídas no período de 10 a 14.7.2019, a serem usufruídas no período de 2 a 6.9.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2981/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Daniel Piatti, por meio da Portaria nº 1615/2019-PGJ, de 10.5.2019, retificada pela Portaria nº 1637/2019-PGJ, de 13.5.2019, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.10.2019, a serem usufruídas no período de 2 a 11.3.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2982/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Fernanda Meira Guerra Birolini, por meio da Portaria nº 1892/2019-PGJ, de 31.5.2019, com a redação dada pela Portaria nº 2152/2019-PGJ, de 19.6.2019, que seriam usufruídas no período de 8 a 11.8.2019, a serem usufruídas no período de 19 a 22.9.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2983/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2952/2018-PGJ, de 29.8.2018, na parte que concedeu férias remanescentes ao servidor Fernando Claudy Taveira, de forma que, onde consta: “de 28.8 a 6.9.2019”, passe a constar: “de 9 a 18.9.2019”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2984/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Jéssica Carli de Oliveira, por meio da Portaria nº 2460/2019-PGJ, de 9.7.2019, que seriam usufruídas no período de 24.7 a 2.8.2019, a serem usufruídas no período de 16 a 25.9.2019, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2985/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Letícia da Silva Assunção, por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, que seriam usufruídas no período de 14 a 23.10.2019, a serem usufruídas no período de 10 a 19.12.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2986/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Magnum Fischer de Oliveira, por meio da Portaria nº 891/2019-PGJ, de 14.3.2019, que seriam usufruídas no período de 10 a 14.7.2019, a serem usufruídas no período de 2 a 6.9.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2987/2019-PGJ, DE 16.8.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 12.8.2019, as férias do servidor Vanoni Torraca Junior, concedidas por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 11 a 19.12.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 27/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte Notícia de Fato:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

Notícia de Fato nº 01.2019.00007287-0 - 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Rio Brillante - Requerente: Sérgio Martins de Souza Queiroz - Requerido: Município de Rio Brillante/MS - Assunto: Apurar suposta deficiência no ensino público fundamental local, por decorrência das notas obtidas por algumas unidades de ensino no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Campo Grande, 15 de agosto de 2019.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP em substituição

AVISO Nº 28/2019/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001660-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Claudir de Souza Dutra, fazenda Estrela do Apa - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda Estrela do Apa de propriedade de Claudir de Souza Dutra e outra, as margens do Rio Apa. **Advogada: Janaina Bonomini Pickler Gonçalves, OAB nº 13.137 (JC Soluções Ambientais).**
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001347-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerentes: 2º Grupamento de Polícia Militar Ambiental de Bela Vista e o Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Roncador, Luiz Eduardo Cedroni Simões - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda Roncador, em Bela Vista/MS, de propriedade do senhor Luiz Eduardo Cedroni Simões, em razão da supressão vegetal de 16,68 hectares de vegetação nativa. **Advogadas: Vanessa Ribeiro Lopes, OAB/MS nº 7.878 e Denise Felicio, OAB/MS nº 11.571 e a Advogada Janaina Bonomini Pickler Gonçalves, OAB nº 13.137 (JC Soluções Ambientais).**

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003426-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora - Requerente: 3º CIA Batalhão de Polícia Militar Ambiental CPE - Requerida: Leny Terezinha Borges Martins - Assunto: Apurar suposta prática de maus tratos a animais bovinos, cometidos por Leny Terezinha Borges Martins. **Advogado: Álvaro Martins Filho, OAB/SC nº 9.470.**
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001653-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fazenda Alegria, Olympio do Amaral Cardinal e Outra - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda Alegria de propriedade de Olympio do Amaral Cardinal e outra, as margens do Rio Apa. **Advogada: Janaina Bonomini Pickler Gonçalves, OAB nº 13.137 (JC Soluções Ambientais).**
- 3) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000146-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: PREVISCA - Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cassilândia/MS - Requerida: Cinthia Silva Garcia - Assunto: Apurar a eventual prática de ato de improbidade administrativa por parte de servidora pública municipal que em gozo de auxílio-doença presta serviços particulares.
- 4) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000941-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jiyoud Sakate - Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado por Izair Martins Rocha no imóvel rural denominado Agropecuária São Jorge - JIYOUDE, de propriedade do Sr. Marcos Shigueru Sakate.

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001097-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar desmatamento de duas áreas que totalizaram 8,96 ha, em imóvel rural ainda não identificado, conforme Parecer nº 124/17/NUGEO.
- 2) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001068-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cleris Nogueira Dias - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente do corte de três árvores sem autorização da Secretária do Meio Ambiente.
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001163-4** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Regina Maria Broilo Rigo - ME - Assunto: Apurar notícia de eventual irregularidade ambiental consistente na comercialização de carvão vegetal sem o devido documento de origem florestal/DOF. (IC nº 024/2013, migrado para o SAJMP).

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001644-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Aramis Galeano Brandão, fazenda Redomão - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda Redomão de propriedade de Aramis Galeano Brandão e outra, as margens do Rio Apa. **Advogada: Janaina Bonomini Pickler Gonçalves, OAB nº 13.137 (JC Soluções Ambientais).**
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001584-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Rancho Amigos do Peito - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Rancho Amigos do Peito de propriedade da Associação Rancho Amigos do Peito, as margens do Rio Apa. **Advogado: Bruno Garcia Martins, OAB/SP nº 206.898.**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001630-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Eltecelino Rubert Stefanello e outra - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda Barreiro Preto de propriedade de Eltecelino Rubert Stefanello e outra, as margens do Rio Apa.

4) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000242-8 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa cometido por servidores do Departamento de Saúde.

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001556-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Chácara Poção, Eliete Nunes Silveira, espólio de Edmundo Benites Nunes - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Chácara Poção de propriedade do espólio de Edmundo Benites Nunes, as margens do Rio Apa. **Advogada: Zora Yonara Leite Brites Lopes, OAB nº 10.421 (ZORA YONARA LEITE BRITES LOPES - Advocacia).**

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00003463-8 (Sigiloso) - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000257-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Zenilda Bispo de Souza - Assunto: Apurar eventual exploração de árvores da espécie Angico, as quais foram cortadas e transformadas em lascas que estão sendo utilizadas em cercas. (IC nº 08/2015, migrado para o SAJMP). **Advogado: José Aparecido de Oliveira, OAB/MS nº 4.259.**

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001197-8 - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Matilde Veiga Barbosa e Mauro Deli Veiga - Assunto: Apurar a existência de eventual poço de captação de água subterrânea no imóvel situado na avenida Presidente Vargas, 789, Vila Duque de Caxias, em Campo Grande/MS, bem como a ligação na rede de água. **Advogado: Mauro Deli Veiga, OAB/MS nº 12.141.**

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000918-0 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Maktub Lounge Bar Ltda. - EPP - Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística do empreendimento Maktub Lounge Bar Ltda.- EPP. **Advogado: Vinicius Nascimento de Castro, OAB/MS nº 17.896 (CASTRO & DIAS Consultoria e Assessoria Jurídica).**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001042-4 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos de Buriti/MS - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Carta Convite nº 27/2009, referente ao Processo Administrativo nº 036/2009 da Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti. (IC nº 08/2013, migrado para o SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003315-0 - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: Município de Sidrolândia - Assunto: Apurar os fatos narrados nas manifestações nº 11.2018.00003011-9 e nº 11.2018.00003009-6 relativas à Frequência de Servidores Públicos Municipais lotados pela Secretaria Municipal de Saúde na Unidade Centro de Especialidades Odontológicas de Sidrolândia/MS.

7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001656-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Fazenda Guanabara, de propriedade de José Gilberto Cardinal Borges - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda Guanabara de propriedade de José Gilberto Cardinal Borges, as margens do Rio Apa. **Advogada: Janaina Bonomini Pickler Gonçalves, OAB nº 13.137 (JC Soluções Ambientais).**

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00003437-1 - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades apontadas na Auditoria nº 154 da Coordenadoria Estadual de Controle Avaliação e Auditoria da Secretaria Estadual de Saúde (IC nº 046/2014/1ªPJNA, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2016.00000422-5 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerentes: Ministério Público Estadual e outros - Requerido: Município de Dourados/MS - Assunto: Apurar notícia

indicativa de irregularidades ambientais e urbanísticas, consistentes nas más condições de trafegabilidade das vias públicas de acesso ao Loteamento denominado Chácara Abaeté e Coqueiros, devido à falta de obra de contenção das águas pluviais advindas do loteamento lindeiro - Residencial Esplanada.

8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001665-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Dalila Eberhard Behling, proprietário da fazenda Entre Rios - Gleba 04 - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda Entre Rios - Gleba 04 de propriedade de Dalila Eberhard Behling e outro, as margens do Rio Apa. **Advogada: Janaina Bonomini Pickler Gonçalves, OAB nº 13.137 (JC Soluções Ambientais).**

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000300-5 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcos do Nascimento Silva - Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa ocorridos na 4ª CIPM por oficial da PME/MS. **Advogado: Silvio de Oliveira, OAB/MS nº 21.878 (BARROS & ARAUJO - Advogados Associados).**

3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001482-7 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Absolut Beer - Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental e urbanística consistente em funcionamento de atividade desprovido dos alvarás e licenças necessários ao funcionamento, bem como prática de poluição sonora e desordem pública ocasionadas pelos frequentadores da conveniência.

4) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000662-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Igreja Mundial do Poder de Deus - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da perturbação do sossego alheio em virtude da emissão de som alto no estabelecimento religioso Igreja Mundial do Poder de Deus. **Advogado: Jackson Emanuel Oliveira da Silva, OAB/MS nº 11.861 (JACKSON EMANUEL - Advogados Associados).**

9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002300-8 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Clube Ubiratan, Posto Gaúcho Ltda. - Assunto: Apurar notícia indicativa de possível poluição sonora consistente em badernas, som alto, empinação de motos e outros, nas imediações do posto Gaúcho (av. Marcelino Pires), registrada a partir de abaixo assinado de moradores e comerciantes no Jardim Ouro Verde e proximidades.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001641-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Eduardo Busatto, fazenda Santa Clara - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda Santa Clara de propriedade de Eduardo Busatto, as margens do Rio Apa. **Advogada: Janaina Bonomini Pickler Gonçalves, OAB nº 13.137 (JC Soluções Ambientais).**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000444-4 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti - Assunto: Apurar possíveis irregularidades apontadas na Carta Convite nº 08/2009.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003229-5 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Empresa BRF - BRASIL FOODS S.A - Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no sistema de tratamento dos efluentes oriundos da atividade da empresa BRF S/A.

5) Inquérito Civil nº 06.2017.00001648-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Juvenal de Assunção Neto - Assunto: Apurar eventual ofensa ao princípio da impessoalidade por parte do ex-prefeito municipal, consistente na utilização de site da prefeitura para divulgação de informações contra adversário político.

Campo Grande, 16 de agosto de 2019.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP em substituição

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO SEGUNDO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 55/PGJ/2017**

Processo PGJ/10/0553/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ERNAINA RIBAS MATEUS**, representada por **Márcio Luiz Ribas Mateus**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 7/PGJ/2017.

Amparo legal: Artigo 65, § 8º, Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Reajuste do valor contratual, conforme Acordo Coletivo da Categoria 2019/2019, nos insumos que se referem à mão-de-obra, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Valor contratual mensal total: R\$ 40.589,56 (quarenta mil, quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

Vigência: 15.08.2019 a 08.05.2020.

Data de assinatura: 15 de agosto de 2019.

EXTRATO DO SEGUNDO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 56/PGJ/2017

Processo PGJ/10/0553/2017

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 – **ERNAINA RIBAS MATEUS**, representada por **Márcio Luiz Ribas Mateus**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 7/PGJ/2017.

Amparo legal: Artigo 65, § 8º, Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Reajuste do valor contratual, conforme Acordo Coletivo da Categoria 2019/2019, nos insumos que se referem à mão-de-obra, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Valor contratual mensal total: R\$ 7.379,92 (sete mil, trezentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Vigência: 15.08.2019 a 08.05.2020.

Data de assinatura: 15 de agosto de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 2/PGJ/2019

Processo PGJ/10/3958/2018

Partes:

1– **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2– **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA**, representada por **Michelle Lemos Trindade Sousa**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 4/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Acréscimo** da importância de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, referente à prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, para atender às necessidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, de maneira que o valor estimado anual será de R\$ 437.500,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) para passagens aéreas nacionais e de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) para passagens aéreas internacionais.

Valor estimado anual: R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil).

Vigência: 30.07.2019 a 11.01.2020.

Data de assinatura: 30 de julho de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/PGJ/2019

Processo nº PGJ/10/2155/2019

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2.1 – **DIGISERVI TRADING EIRELI** representada por **Gilberto Marcondes de Abreu**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 04/PGJ/2019.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente (estante e claviculário em aço), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Claviculário confeccionado em chapa de aço nº 20, com tratamento químico protetivo antiferruginoso, pintura eletrostática, cor cinza, com chave de segurança, dimensões aproximadas 250mm x 83mm x 182mm (admitindo-se o percentual de 5% para mais ou para menos), capacidade de 48 chaves, cartelas para enumeração das chaves. Deverá ser fornecido junto com o claviculário 48 (quarenta e oito) chaveiros (tags) cores variadas. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: Menno TS 48 Empresa vencedora: DIGISERVI TRADING EIRELI	Unidade	20	151,10

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 08 de agosto de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 24/2019.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira, bem como disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>.

Procedimento Administrativo nº: 09.2019.00002925-0

Requerente: Ministério Público Estadual, CNPJ: 03.983.541/0001-75, com sede na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Edifício Procurador de Justiça Fadel Tajher Iunes, Jardim Veraneio, CEP 79031-907, Campo Grande – MS.

Requerido: Sérgio Dias Campos, CPF: 175.062.981-04, domiciliado na Avenida Eduardo Elias Zahran, 2.190, Bairro Vilas Boas, Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o proprietário da Fazenda Michelli, objeto parcial do IC nº 06.2017.00000035-5.

Campo Grande, 15 de agosto de 2019.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO
Promotora de Justiça.

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC.

A 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, firmada nos autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00000035-5, em defesa do meio ambiente, na data de 12.08.2019, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, n. 180, Chácara Cachoeira, nesta capital, também disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>, tendo como compromissário o proprietário da Fazenda Michelli, a saber, Sérgio Dias Campos, CPF: 175.062.981-04, domiciliado na Avenida Eduardo Elias Zahran, 2.190, Bairro Vilas Boas, Campo Grande – MS.

Objeto do TAC: estabelecer obrigações de não fazer e de indenizar em face do compromissário Sérgio Dias Campos, proprietário da Fazenda Michelli, consistente, sobretudo, em não suprimir, em qualquer extensão, a vegetação nativa da Fazenda Michelli, a não ser que o proprietário cumpra os requisitos cumulativos do artigo 26 do Código Florestal, quais sejam, o cadastramento do imóvel no CAR e prévia autorização do órgão estadual competente no Sisnama; a doar a soma de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), à título de indenização pela supressão de aproximadamente 3,83 ha de vegetação nativa, sem a devida autorização ambiental, próximo à coordenada geográfica 20°48'22.96''S 54°31'33.76''W da Fazenda Michelli, à Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Guariroba, CNPJ nº 01.186.342/0001-00, parcelado em 4 parcelas, sendo a primeira a ser paga até o dia 10.09.2019, e as demais respectivamente; e, previsão de pagamento de multa caso haja o descumprimento de qualquer das obrigações pactuadas.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.
Promotora de Justiça.

DOURADOS**EDITAL Nº 01/2019****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 6ª Promotoria de Justiça de Dourados faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2019, referente aos documentos da 6ª Promotoria de Justiça de Dourados, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 6ª Promotoria de Justiça de Dourados, até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital.

Dourados, 13 de agosto de 2019.

FERNANDO JAMUSSE
Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 01/2019

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)	PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)		
ÓRGÃO / SETOR: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS	ÓRGÃO / SETOR: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DOURADOS		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse 200.013 - Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões, etc.) – 1999/2015.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	1999	2015
Classe/Subclasse 200.040 – Pedido de Providências n.º 418/2011.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2011	2011

Classe/Subclasse 200.050 - Notícia de fato n.º 01.2015.00001026-7, n.º 01.2016.00000571-3, n.º 01.2016.00001273-6, n.º 01.2016.00003861-5, n.º 01.2016.00000852-1 e n.º 01.2016.00002351-1.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	NOV/2015	JUL/2016
Classe/Subclasse 200.006 – Livro de registro de procedimento investigatório criminal (PIC) – 2011/2014.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2011	2014
Classe/Subclasse 000.004 – Livro de registro de atendimento ao público – 2011/2014.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2011	2014
Classe/Subclasse 000.001 – Controle de processos recebidos – 2016.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2016	2016
Classe/Subclasse 200.081 – Comprovações de remessa de processos – 2016.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2016	2016
Classe/Subclasse 000.002 – Ofícios expedidos – 2016.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2016	2016
Classe/Subclasse 000.003 – Ofícios recebidos – 2016.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2016	2016
Classe/Subclasse 200.015 – Comunicações de flagrante (cópia) – jan/2017 a jul/2018.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	JAN/2017	JUL/2018
Classe/Subclasse 200.005 – Controle de carga de inquéritos policiais recebidos – 2017.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2017	2017
Classe/Subclasse 200.005 – Controle de carga de inquéritos policiais remetidos – 2017.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2017	2017
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Marcelo Wédson João Silva, Técnico I. Data do preenchimento: 13/08/2019.			

FERNANDO JAMUSSE
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

PONTA PORÃ

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0047/2019/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 16/05/2019, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e William Lencina Lima - Prime Lounge Bar, visando garantir a observância da legislação urbanística e ambiental vigente com relação ao funcionamento do empreendimento denominado Prime Lounge Bar, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2018.00000922-8, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 12 de julho de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0048/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2019.00000105-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000105-1

Requerente(s): Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Aral Moreira e Dayni Calonga Soligo

Assunto: apurar possível ato de improbidade administrativa praticado por servidor público municipal de Aral Moreira

Ponta Porã/MS, 15 de agosto de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0049/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002540-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00002540-0

Requerente(s): Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): William Lencina Lima - Prime Lounge Bar

Assunto: Garantir a observância da legislação urbanística e ambiental vigente com relação ao funcionamento do empreendimento denominado Prime Lounge Bar

Ponta Porã/MS, 15 de agosto de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0050/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004406-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00004406-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João/MS

Assunto: fiscalizar o cumprimento de acordo extrajudicial com a finalidade de acompanhar a adequação pelo Município de Antônio João às disposições da Lei Complementar nº 131/2009 e da Lei nº 12.527/2011 relativas ao acesso à informação e à transparência na execução orçamentária e financeira.

Ponta Porã/MS, 15 de agosto de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0051/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002798-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002798-1

Requerente(s): Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Wilian Fraga Fontoura

Assunto: apurar a ocorrência de dano ambiental consistente em executar desmatamento sem autorização ambiental no imóvel rural denominada Fazenda Novo Horizonte, distrito de Cabeceira do Apa, Município de Ponta Porã.

Ponta Porã/MS, 16 de agosto de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

TERENOS

RECOMENDAÇÃO Nº 0004/2019/PJ/TRN

SAJ/MP n. 09.2019.00002091-5

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu agente signatário *in fine* assinado, em exercício na Promotoria de Justiça de Terenos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 127, caput e no 129, inciso III, bem como no artigo 27, inciso IV da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no art. 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público, por força do disposto no artigo 139, *caput*, do ECA, a fiscalização do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar, cuja condução fica a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Recomendação n. 001/CGMP/2016, de 06 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos (Resolução nº 113 do CONANDA), concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente são resultado de intensa mobilização da sociedade brasileira no contexto de luta pela democracia participativa, que busca efetivar a consolidação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e a implementação das políticas públicas em âmbito local;

CONSIDERANDO a atribuição do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de estabelecer diretrizes e normas gerais quanto à política de atendimento à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA n. 170, de 10 de dezembro de 2014, que altera a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010, para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar, traçando várias diretrizes;

CONSIDERANDO que nos moldes do artigo 13 da Resolução Conanda 170/14, o processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados. E ainda, caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso;

CONSIDERANDO que da redação legal retro descrita, extrai-se que a abertura de prazo para a inscrição de novas candidaturas, se não atingido o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados, é facultativa, sendo mera sugestão do legislador;

CONSIDERANDO que havendo previsão na legislação local, é admissível aplicação de prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurado prazo para interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município, do Distrito Federal ou meio equivalente, nos termos do artigo 12 da mesma Resolução;

CONSIDERANDO que no município de Terenos/MS, submetidos a prova de conhecimento, de caráter eliminatório, apenas 05 candidatos foram aprovados;

CONSIDERANDO que a novel Resolução, em seu artigo 5º, inciso I, nos mesmos moldes do artigo 139, §1º, do ECA, previu que o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar algumas diretrizes, dentre as quais, escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município ou do Distrito Federal, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sendo estabelecido em lei municipal ou do Distrito Federal, sob a responsabilidade do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a iminência da data das eleições, o que inviabiliza, a esta altura, a suspensão do concurso e reabertura para inscrição de novas candidaturas, pois não haveria tempo hábil para que todos os prazos decorrentes de tal ato fossem observados, o que poderia desaguar em nulidades;

CONSIDERANDO, contudo, que conforme previsto no já citado artigo 13 da Resolução Conanda 170/14, em qualquer caso, o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá enviar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes;

RECOMENDA ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, da cidade de Terenos;

a) a suspensão do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Terenos, aberto através do Edital n. 01/2019/CMDCA, publicado no dia 02 de maio de 2019 no Diário Oficial n. 2341, com a aplicação de nova avaliação aos pretendentes ausentes ou reprovados na prova de conhecimento do dia 03 de agosto de 2019, conforme Edital n. 05/2019, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, o que deverá se dar preferencialmente por outra banca examinadora, atentando-se para que o grau de dificuldade da prova de conhecimento seja compatível com o cargo de Conselheiro Tutelar;

b) o envio do novo cronograma ao Ministério Público Estadual, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contendo as datas da prova, divulgação do gabarito, resultado preliminar, prazo para recurso e resultado definitivo, observando-se a data prevista para as eleições unificadas em todo território nacional (primeiro domingo de outubro/19).

Encaminhe-se cópia desta ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Terenos, que deverá informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, se haverá o acolhimento da presente RECOMENDAÇÃO, sob pena da adoção das medidas cabíveis.

Ainda, encaminhem-se cópias da presente Recomendação à Vara da Infância e da Juventude desta comarca e Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, para conhecimento.

Por derradeiro, remeta-se para publicação no DOMP.

Terenos/MS, 14 de agosto de 2019.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ELDORADO

EDITAL Nº 0009/2019/PJ/EDD

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Inquérito Civil: nº 06.2019.00001122-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Arlete Kraemer

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em área de Preservação Permanente localizada no Distrito de Morumbi, em Eldorado, às margens do Rio Paraná, especificamente no que tange à RPPN Ernesto Vargas Batista, em decorrência da conduta de Arlete Kraemer.

Eldorado/MS, 15 de agosto de 2019

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA
Promotor de Justiça